

# ENTRE TECNOLOGIA E ESCRAVIDÃO: A AVENTURA DA VOLKSWAGEN NA AMAZÔNIA

Benjamin Buclet\*

---

## Resumo

Este artigo relata a aventura da Volkswagen na Amazônia brasileira. Trata-se de apresentar, com o máximo de objetividade, os fatos relativos à existência de trabalhadores escravos em uma das mais modernas fazendas do Sul do Pará, no município de Santana do Araguaia. Tentamos esclarecer o caso famoso da Companhia Vale do Rio Cristalino a partir de uma coleta de dados na Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA, ex-Sudam) e na Comissão Pastoral da Terra em Belém; de entrevistas realizadas em Belém em junho de 2005 e dos arquivos disponíveis no Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da UFRJ.

## Palavras-chave

1. Trabalho escravo; 2. Pará; 3. Volkswagen.

## Abstract

This article describes the adventure of Volkswagen in the Brazilian Amazonian region. The purpose of this work is to present, in a very *objective* way, the facts related to the existence of slave work at one of the most modern rural properties located in the Pará Estate Southern area, within the Santana do Araguaia county. We try to describe the famous case of the *Companhia Vale do Rio Cristalino* based on data collected at the *Agência de Desenvolvimento da Amazônia* (ADA, ex-Sudam) and at the *Comissão Pastoral da Terra* archives, both located in the Estate ca-

---

\* Benjamin Buclet é Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e membro do Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ, programa de trabalho 2005.

pital, Belém; on interviews undertaken in the same city during the month of July, 2005; and at the archives kept by the Research Group on Contemporary Slave Work (GPTEC) at UFRJ.

### **Keywords**

1. Slave work; 2. Pará; 3. Volkswagen.

### **Introdução**

Antes de tudo, é necessário explicar porque os fatos ocorridos na Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC) merecem ser estudados e publicados após transcorridos vinte anos dos acontecimentos. Vários elementos fazem da história da CVRC um caso emblemático de uma problemática mais ampla, ligada a batalhas ideológicas da maior importância para entender o Brasil contemporâneo e, mais especificamente, a persistência de formas de escravidão na região amazônica.

Primeiro, o empreendimento foi possível graças à aliança entre os poderes públicos (federais, estaduais e municipais) e empresas privadas na realização de um investimento fora do comum em uma região considerada vazia e com grande potencial de desenvolvimento econômico. Este tipo de “parceria”, característica das políticas setoriais aplicadas nas regiões pobres do Brasil, já mostrou seus limites, em particular devidos às cooptações entre interesses pessoais e coletivos. Todavia, observa-se ainda hoje a mesma proximidade entre representantes do país e capital privado, em particular no setor do agronegócio. O exemplo do grupo Maggi, gigante sojeiro do Mato Grosso pertencendo ao governador do mesmo Estado, é representativo.

Segundo, a história da CVRC é intimamente ligada ao processo de globalização, também característico da nossa época. A Volkswagen, empresa estrangeira, investiu no Brasil recursos financeiros e humanos, mobilizou conhecimentos tecnológicos avançados em cooperação com as autoridades públicas e outros agentes privados brasileiros. O que mais chama a atenção a respeito do aspecto “globalizado” desta história é também a maneira como aconteceu a denúncia e a revelação pública da existência de trabalhadores escravos na fazenda. Foi através de uma intensa cooperação entre atores sociais que, apesar de serem geografi-

camente distantes uns dos outros, tinham o mesmo desejo de denunciar formas de exploração dos trabalhadores julgadas indignas do final do século XX. Agentes da Pastoral da Terra, autoridades religiosas brasileiras, políticos brasileiros, sindicatos de São Paulo, sindicatos rurais, partidos políticos e jornalistas da Alemanha e ONGs internacionais articularam-se eficientemente no processo de denúncia.

Terceiro, os fatos mostram a forma clássica de dominação, característica da região amazônica. A natureza excepcional da fazenda não impediu a reprodução do modelo arcaico de trabalho (a peonagem) e os abusos, infelizmente tão comuns, ligados a este sendo considerados como uma forma moderna de trabalho escravo. Além disso, este modelo ainda persiste. Como ressaltou o atual diretor do Incra em Belém: “entre 1980, 1990 e 2000, as características do trabalho escravo são absolutamente as mesmas” (Entrevista realizada em Belém o 26/04/2005 na sede do Incra). É verdade que a história da CVRC coloca em cena figuras e atores sociais que não desapareceram: proprietários, empreiteiros, “gatos”, pistoleiros, jagunços, capatazes, “vigaristas” e outros fiscais, agindo dentro de um sistema de distribuição de favores informalmente caucionado pelas autoridades públicas, desrespeitoso dos direitos humanos, e mais especificamente dos direitos dos trabalhadores. Sobretudo, esta história é aquela dos que sofrem deste sistema, que pagam, às vezes com a própria vida, o preço do enriquecimento de uma minoria impune. Para alguns, são “cabras safados e vagabundos que pegam o dinheiro, caem na mata e ninguém acha mais eles” (GPTEC, V6 60.1, 225). Para outros, são “homens de mãos calosas, ignorantes, envelhecidos pelo trabalho e desconforto” (GPTEC, V6 47.11, 10). Para o sociólogo, eles formam uma categoria social que deve ser entendida dentro da complexidade da sociedade para melhor servir os ideais de justiça e liberdade.

Estes elementos fazem da história da CVRC um caso particularmente interessante, cujo grande número de documentos e arquivos disponíveis permite um estudo particularmente rico, onde as dinâmicas sociológicas aparecem sem dúvida com mais clareza do que em casos menos midiáticos ou comentados. Este artigo não vai além da apresentação dos fatos, e constitui, neste sentido, o primeiro passo para uma análise aprofundada das ligações entre as formas modernas de escravidão e a promoção do conceito de “desenvolvimento” no espaço socio-político brasileiro.

## Um projeto ambicioso

Em 1973, a Volkswagen, empresa internacional até então especializada na produção de veículos automotores e, no que diz respeito, no Brasil, famosa pelo conhecido e apreciado “fusca”, comprou quase 140.000 hectares de terra (equivalente a 140.000 campos de futebol) no município de Santana do Araguaia, no Sul do Estado do Pará. A empresa explicou este investimento pela razão de que o futuro do Brasil estaria no desenvolvimento agrário, idéia compartilhada pelas autoridades militares da época e pelo então presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, refletida pelas declarações do diretor da fazenda, Friedrich Brügger, a respeito do desenvolvimento do agronegócio: “É a única opção possível. O país dispõe de espaços e de condições naturais únicas. Basta jogar um pedaço de pau para que ele cresça imediatamente” (GPTEC, V6 9.4). Os documentos relativos à comunicação da empresa, apresentam três razões para explicar o investimento: o entusiasmo do presidente, fervoroso apaixonado pela exploração agrícola; a vontade de reforçar a imagem da empresa enquanto multinacional engajada na marcha de um país rumo ao progresso e a perspectiva de um bom negócio (GPTEC, V6 9.2).

Naturalmente, as razões atrás desta perspectiva de lucro eram estreitamente ligadas aos incentivos fiscais concedidos pelo governo para promover o desenvolvimento regional, isto através da Superintendência da Amazônia (Sudam), apoiada pelo Banco da Amazônia (Basa) para coordenar as políticas de colonização da fronteira em expansão. Criada em 1966, a SUDAM era parte do plano estratégico traçado pelos militares para promover o desenvolvimento da Amazônia, supostamente para diminuir as desigualdades regionais e integrar a região ao restante do país. A partir de 1970, com o lançamento do Plano de Integração Nacional (PIN) pelo governo Médici, a Sudam jogou o papel central na implementação de políticas de incentivo fiscal destinadas a “integrar” a Amazônia para não “entregá-la” aos estrangeiros. Esta política era guiada pela idéia de que era necessário, em nome da segurança nacional, ocupar e povoar os imensos espaços amazônicos considerados como vazios. Conforme José de Souza Martins,

As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. Para lograr esse resultado, o governo federal concedeu às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incen-

tivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e, após aprovação de um projeto de investimento pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (Martins, 1994, 3).

Além disso, o valor disponibilizado pela Sudam era definido segundo a área nua, isto é desmatada, até 50% da superfície total da área. Conseqüentemente, a derrubada era um instrumento de valorização da área.

Foi neste contexto que a Volkswagen elaborou um projeto de empreendimento agropecuário na região sul do Estado do Pará, região ideal

... por sua localização – proximidade da Belém-Brasília -, e pela qualidade das terras. Os municípios do Sul do Pará, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, atraíram muitas empresas e, entre 1966 e 1975, a maior parte dos projetos aprovados até então para a Amazônia pela Sudam foram para esta região (Ianni, citado In: Figueira, 2004, 106).

Assim, 55% dos projetos financiados pela Sudam encontravam-se nestes dois municípios, lugar da frente de expansão do latifúndio.

O projeto da Volkswagen foi aprovado pela Sudam em 1974, o que lhe permitiu, graças aos incentivos fiscais concedidos pelo governo, "surprender até 75% das necessidades de capital do projeto amazônico (...) sem ter nunca que devolver o dinheiro dessa renúncia fiscal da nação brasileira (Pinto, 2001, 113). O investimento global foi orçado na época a Cr\$ 189.622.156, equivalente a R\$ 364.227.271,63 (1), esperando um lucro de Cr\$ 18.357.453,00, equivalente a R\$ 35.261.095,86 (Sudam, 1974, 3), baseado sobre a produção de

... bois erados destinados à venda para abate, a produção de reprodutores e matrizes puros de origem para incorporação aos rebanhos da fazenda e venda e a engordação de bois magros adquiridos, para posterior venda como bois engordados para abate (Sudam, 1974, 9).

Aprovado o dia 20 de dezembro de 1974, o projeto da Companhia Vale do Rio Cristalino começou a implementar as atividades agropecuárias previstas, com a ajuda financeira da Sudam.

Sem entrar nos detalhes técnicos das atividades da fazenda, vale a pena ressaltar o seu alto grau de organização. Foi prevista a construção de 48 quilômetros de estradas externas para permitir o acesso à fazenda, o trânsito no interior e o escoamento da produção. Além disso, uma área de 200 hectares foi ocupada com culturas de subsistência, especialmente arroz, milho, feijão, hortaliças e árvores frutíferas, servindo também para a criação de suínos e aves, tudo enfim destinado à produção de alimentos para o pessoal ocupado na fazenda. Também, desde o projeto inicial, a Volkswagen se orgulhava de assegurar condições de vida e remunerações excepcionais em relação ao padrão da região. O projeto inicial previa o fornecimento de diversos serviços:

Às famílias residentes na fazenda, a Companhia proporcionará assistência médica, odontológica educacional, alimentar, espiritual e recreativa. O espírito comunitário será inicialmente desenvolvido mediante conscientização dos habitantes e posteriormente mantido no mais alto grau, de modo que a sociedade tenda para evolução gradativa, predispondo o homem ao trabalho, na certeza da importância que eles têm para o êxito empresarial, conforme se expõe abaixo:

Assistência social: O trabalhador para ser eficiente e apto a produtividade precisa, igualmente, ser bem nutrido, saudável e forte e – como ser humano – cercado, juntamente com sua família, de certas condições de dignidade por modestas que sejam: salário capaz de cobrir as necessidades de alimentos, em qualidade e quantidade, casa com móveis e utensílios, roupas e remédios, a que se juntam auxílio doenças para os filhos, entre outros.

É pois para esse homem de trabalho na fazenda, como empreendimento sociológico, que se voltarão também as vistas da Companhia Vale do Rio Cristalino, na certeza de que **o homem consciente de seu valor e responsável é a mais importante chave do êxito empresarial** [Grifo nosso].

O homem não será encarado como ser singular, mas sim como indivíduo comunitário, ser socializado, que sente, pensa e age, de acordo com os padrões, com as tradições de seu grupo, ajustando-se às situações sociais que, a cada passo, se formam em torno a ele. Mas para isso é necessário, antes de mais nada, que ele possua consciência de seu valor para a comunidade.

Assim, perseguindo o mais altruísta dos objetivos sociais de aperfeiçoamento de seus recursos humanos, a Companhia Vale do Rio Cristalino, independentemente de custos que venham onerar o projeto, estabelece o seguinte plano de assistência social:

a) Contratação de uma Assistência Social. (...)

- b) Criação de Estrutura Física, onde se possa desenvolver toda a atividade de recreação e diversões próprias para momentos de lazer (...).
- c) Promoção de assistência médica, mantendo ambulatórios e hospital com serviço médico e enfermagem.(...)
- d) Desenvolvimento de programa de educação integral, abrangendo: educação intelectual (...); educação física (...); educação Moral e Cívica: visando a conscientização dos habitantes quanto aos deveres e modos de proceder dos homens entre si, o respeito às autoridades constituídas e as leis do País, despertando o espírito de nacionalidade e de patriotismo, devendo se proceder festas cívicas nas datas nacionais mais relevantes; educação espiritual (...).

É pois para esse empreendimento sociológico que se volverá ainda o esforço da Companhia Vale do Rio Cristalino em sua fazenda, na preocupação de educar e preparar homens e mulheres, sãos de corpo e de mente, capazes e aptos, em todos os sentidos, para produzir. Visto que, melhor preparado de corpo e de alma poderão eles enfrentar mais decisivamente os óbices de uma natureza até certo ponto hostil, domando-a, pondo-a mais eficazmente a seu serviço da comunidade empresarial. Assim, a Assistência Social aos habitantes da fazenda visará, em última instância, formar o homem sã de saúde, moral, intelectual e político, para que este, por sua vez, conhecendo-se e melhorando-se, conforme o preceito socrático, possa se constituir a mais importante peça do mecanismo do progresso global da empresa (Sudam, 1974, 67-70).

Assim, a fazenda oferecia serviços e condições de vida excepcionais para seus funcionários. Seguindo o modelo da empresa Volkswagen de São Bernardo (SP), foram montados 12 retiros (pequenas aglomerações, dentro do projeto, cada uma ligada a 3.000 hectares de terra) com casas para as famílias e alojamentos coletivos para os solteiros. A fazenda foi equipada com gerador de energia elétrica, hortas, piscina, *country club*, escola do primeiro grau (reconhecida pelo Governo do Estado do Pará e pelo MEC), armazéns, etc. (GPTEC, V6 47.1). O projeto contava também com a ajuda técnica da Escola Politécnica Federal de Zurick, da Universidade de Hanover e da Universidade de Georgia, dos Estados Unidos. Além disso, o funcionamento do trabalho seguia rigorosamente um programa de controle da qualidade (CCQ) no qual todos os funcionários tinham tarefas bem definidas e com uma organização do

trabalho estreitamente fiscalizada. Havia também “um regulamento rígido de controle social onde eram vedadas as bebidas alcoólicas e a utilização de armas por parte dos funcionários subalternos” (GPTEC, V8 8.1).

Em termos econômicos, o projeto foi planejado a longo prazo. O plano de desenvolvimento previu a construção de um frigorífico, denominado Atlas, para processar a carne extraída da fazenda. Localizado próximo a Campo Alegre, este empreendimento foi inicialmente recusado pela Sudam, que não aceitou que a Volkswagen possuísse 49% do capital. Finalmente, depois de terem sido incluídos parceiros brasileiros como Bradesco, Cetenco ou Banco de Crédito Nacional, o projeto foi aprovado em 1978. O frigorífico Atlas previa empregar 700 pessoas e fazer da região uma das primeiras fornecedoras de carne processada no país (GPTEC, V8 31.8). Infelizmente, as condições técnicas limitaram o pleno funcionamento do frigorífico, visto que a energia elétrica, inicialmente prevista para ser trazida de Tucuruí, nunca chegou, sendo então usados fornos de madeira.

Parece então que todos os elementos estavam reunidos para assegurar o sucesso deste empreendimento extraordinário: um capital financeiro e humano suficiente para realizar um projeto planejado e apoio completo das autoridades competentes. Aliás, as autoridades públicas sempre consideraram a CVRC como bem sucedida. Em 1986, um documento da Sudam considera que:

... o projeto vem se implantando normalmente, estando até a presente fiscalização com o equivalente de 80,25% das metas executadas, no que se refere à formação de pastagens, 100% de pastagens melhoradas, 42,89% de fenação/silagem, 99,58% de infraestrutura, 86,95% de instalações pecuárias, 98,25% de edificações, 76,35% de veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos e 74% referente à aquisição de animais (Sudam, Processo No 659/86).

Ainda no momento de autorizar a venda da fazenda, a Sudam considerou que:

... esse empreendimento vê-se coroado de pleno êxito, eis que é hoje uma fazenda modelo, com os mais aperfeiçoados padrões técnicos, possuindo instalações pecuárias, de pesquisas e sociais, exemplares, que marcam o pioneirismo no desenvolvimento da região (Sudam, Proposição 31),

Além de ressaltar a “melhoria da condição social de seu pessoal e conseqüente aumento do bem-estar social na região” (Sudam, Proposição 31). (2) No entanto, a Volkswagen acabou vendendo a sua fazenda modelo.

No início dos anos 1980, começaram a surgir testemunhos da outra realidade da Vale do Rio Cristalino. Pouco a pouco, apareceu o incrível paradoxo da convivência das mais modernas tecnologias agrícolas e de gestão do trabalho com formas arcaicas de exploração da mão de obra. Uma das empresas mais estimada no país, dispendo do total apoio das autoridades públicas brasileiras, envolvida em um empreendimento lucrativo e cheio de promessas, “numa zona já consagrada, como vocacionalmente ditada para implantação de um grande centro criatório” (Sudam, 1974, 2), não conseguiu evitar a exploração bárbara dos peões, aqueles empregados sob coerção para executar trabalhos de baixa qualificação.

### **O preço da ambição**

Na verdade, histórias de peões fugindo da fazenda e casos de conflitos de terra escutavam-se há mais tempo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), presente na região desde 1977, se tornou rapidamente o espaço onde se concentravam todas as denúncias. Por exemplo, documentos da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) de 1977 já relatam abusos e denúncias. Também, uma carta recebida em 1978 revela que “o Chicô [um dos empreiteiros da fazenda] não paga. Ninguém recebe quando trabalha para ele” (GPTEC, V6 3).

A partir de 1980, a CPT começou a anotar e registrar todos os casos de violência ligados à exploração da terra e procurou lutar pela defesa dos trabalhadores. Mas era uma luta extremamente desigual: o isolamento geográfico da região (localizada a 1.000 quilômetros de Brasília e de Belém), ligado à repressão generalizada do governo militar, tornava impossível contar com alguma autoridade pública. Além disso, a imprensa brasileira não publicava quase nada relacionado a esses problemas.

No entanto, as denúncias se multiplicavam. A partir de 1983, enquanto a CPT continua recebendo pessoas e famílias relatando violências acontecendo na VCRC, a situação muda. De acordo com os registros de Pe. Ricardo Rezende Figueira, neste ano o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, finalmente publicou uma notícia pequena sobre essas denúncias.

as de trabalho escravo na fazenda da Volkswagen. Esta notícia foi vista pela imprensa internacional, que começou a solicitar informações mais detalhadas sobre estes acontecimentos. Este foi o ponto inicial de uma série de ações articuladas entre o nível local (a CPT, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a diocese), estadual (audiências com o governador), federal (intervenção de deputados federais) e internacional (imprensa, ONGs, sindicatos e partidos políticos).

A articulação entre a imprensa internacional (não apenas a alemã), os sindicatos de São Paulo, os sindicatos alemães e membros de *Amnesty Internacional* teve o efeito de divulgar um outro aspecto do empreendimento da Volkswagen. Em maio/junho de 1983, as primeiras denúncias sérias são divulgadas na imprensa e comunicadas às autoridades públicas. O esquema do sistema de trabalho da fazenda vai mostrando, pouco a pouco, a sua triste realidade. Além dos funcionários oficiais da Volkswagen, cujas condições de trabalho são efetivamente boas, existem seis empreiteiras (3) que usam mão-de-obra sem qualificação para derrubar a floresta. Elas empregam mais ou menos 500 trabalhadores, fora da época da derrubada, momento em que mais de 1.000 trabalhadores são empregados. Os dois principais "gatos" são o Chicô (Francisco Andrade Chagas) e o Abílio (Abílio Dias de Araújo), conhecidos como prepotentes e violentos (4).

Rapidamente, numerosos depoimentos foram acumulados, que revelam casos de abuso de poder e torturas. Trata-se de "peões amarrados numa árvore", de "violência à mulher", de "lavradores espancados" (GPTEC, V6 40.1), de "homens torturados, tiros, violência sexual, gente que morre por não ser atendido, fraude nos preços dos produtos, roubos" (GPTEC, V6 21.1). São trabalhadores "detidos, coagidos e pressionados pelos encarregados como verdadeiros escravos, sem direito de sair da fazenda" (GPTEC, V7 221) que preferem se calar quando conseguiram fugir: "Já que consegui sair livre com vida, é melhor esquecer o que passou" (GPTEC, V6 34.1).

As condições de trabalho se revelam extremamente precárias. Aqui segue um depoimento entre muitos outros:

Meu nome é Manuel. Sou natural de Couto Magalhães, Estado de Goiás. Sou solteiro. Tenho 22 anos. Em abril de 1981, vim trabalhar na fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen. No serviço de derrubada. O empreiteiro [o "gato"] de nome Walte prometeu pagar 7.000,00 o alqueire. Chegando lá começamos a trabalhar. A água que

tinha para beber era de um poço, água muito suja, com mosquito em cima. Logo todos pegamos a maleita, a febre. Como não estava me sentindo bem, na metade da derrubada resolvi vim'embora. Eu e mais 16 companheiros fomos procurar o pagamento. Eles não quiseram pagar. Quando a gente tava na estrada apareceu o Walte e o seu cunhado de nome Chicô armados e obrigaram nós a voltar para continuar a trabalhar. Depois disso é que a coisa ficou preta mesmo para o nosso lado. Tinha vez da gente ser obrigado a entrar para fazer derrubada direto de terreno que no dia anterior tinha sido queimado. E a gente trabalhando naquele lugar quente ainda, e com malária em cima. Fui obrigado a trabalhar todos os dias, mesmo domingo, não tinha descanso. Só no mês de setembro de 1981 é que eu mais seis companheiros conseguimos vim embora. Viemos sem receber nada pelo nosso serviço. E muito doente. Eu tava só um restinho. Conceição do Araguaia, 06 de julho de 1983 (GPTEC, V6 38).

A gestão do trabalho aparece semelhante aos outros casos desse tipo: "Os preços altíssimos das mercadorias, o roubo nas contas, o roubo na medição, fazem com que o peão nunca tenha saldo e nunca possa sair" (GPTEC, V6 40.1). Os trabalhadores ficam presos na sua condição de peão, privados de seus direitos elementares: "a provação veio, a escravidão chegou para eles que ficaram sem direito até do pão, até as cartas e pouco dinheiro que mandaram nunca chegou" (GPTEC, V7 17.3).

Para o peão, a pior catástrofe é cair doente, o que acarreta sua imediata expulsão do canteiro de obras. Solteiro ou não, o peão é um homem solitário condenado a uma vida errante. No fundo de sua cabana, as valises, algumas cobertas e nada mais (GPTEC, V6 9.3).

Encontramos aqui um tipo de relação de trabalho, o "aviamento" (5), baseado em práticas que datam dos tempos da colônia e que vêm da região Nordeste (Palmeira, 1977 e Garcia, 1989): cadeias de comerciantes, hierarquizadas, davam bens de consumo e algumas ferramentas para os trabalhadores, cobrando assim, com o adiantamento desses bens, o salário que ia ser recebido na coleta do látex. A diferença, em mais ou em menos, se tornava em dinheiro ou em dívida. As condições sociais do "aviador" e do trabalhador faziam com que se criasse uma dependência econômica total do segundo em relação ao primeiro. Isso se traduzia em uma situação de escravidão, freqüentemente apoiada por uma polícia privada e às vezes pela polícia oficial. Este tipo de relação não caracteriza o Brasil em geral mas deixou marcas profundas no sistema social brasileiro, em particular no sistema político.

Como ressalta Christian Geffray, é impossível entender as características sociais atuais do país “sem tomar conta dessa relação e do seu destino” (Geffray, 1996, 153). Isto parece ainda mais pertinente no que diz respeito à região amazônica que, com os vários programas de distribuição de terras e de subsídios fiscais, se tornou um lugar de imigração intensa, onde o fracasso do processo agrícola reforçou a competição para o acesso a posições de intermediário. (6)

Em julho de 1983, uma expedição, liderada pelo então deputado federal Expedito Soares, visitou a fazenda, a convite da Volkswagen. O relatório desta confirma os fatos:

Quando chegamos à fazenda o Sr Brügger e outros responsáveis pelo projeto e também pela empresa Volkswagen, nos relatavam o quanto a Volkswagen no Pará cumpre seus encargos sociais. Mas é preciso deixar claro que a empresa não paga a contribuição sindical, o imposto sindical que é recolhido anualmente do trabalhador, sindicalizado ou não, ao Sindicato Rural. (...) Em nosso último dia de visita à Companhia Cristalino nos encontramos com um trabalhador de nome Eliseu, que caminhava mancando, com um chinelo num pé e uma botina no outro. O Sr Eliseu se aproximou de nós com lágrimas nos olhos e nos explicou que fora demitido da fazenda, sem que lhe fosse pago qualquer direito trabalhista, e que trabalhara na fazenda durante sete anos. (...) Estávamos com a direção da empresa quando esse trabalhador nos procurou e discutimos esse episódio acompanhados pelo padre Ricardo Rezende, que afirmou ao Sr Brügger: “existe o problema, vocês devem estar escondendo alguma coisa”. E a resposta do Sr Brügger foi a seguinte: “Isso não é problema meu” (...). Observamos que o Chicô, o Abilão e outros empreiteiros se utilizam de uma artimanha já muito conhecida na região. Levam o trabalhador da pequena cidade para a fazenda, propõem para ele um abono de cinco, sete e às vezes de vinte mil cruzeiros com uma proposta de trabalho. O trabalhador aceita aquele dinheiro e segue para a empreitada. Só que nunca mais recebe nada e não tem condições de sair. O armazém “come” todo o salário, e por meses a fio o trabalhador permanece naquele mato, sendo humilhado, perseguido e sem condições de sair, inclusive, sendo morto, como já aconteceu com diversos trabalhadores(...) Se alguém tentasse passar pela guarita, onde ficam o chefe da segurança, Sr. Adão e seus fiscais, ele era preso, amarrado e entregue para a polícia (...) eles levam um sermão e a gente traz de volta (GPTEC, V6 47.1).

Enquanto numerosas denúncias convergentes se acumulavam, o inquérito policial chegou às mesmas conclusões: “a Secretaria de Segu-

rança Pública já terminou o inquérito cuja conclusão é que realmente ficou constatada a existência de trabalho escravo na fazenda”, *O Liberal*, 7/09/1983 (GPTEC, V6 53).

Frente a esta acumulação de denúncias e fatos, a postura da Volkswagen sempre foi de negar a sua responsabilidade, e às vezes, a existência mesmo de trabalho escravo na sua fazenda. Ao jornal alemão *Die Welt* de 13/05/1983, a empresa declarou:

... não há tortura na fazenda da Volkswagen (...) As empresas estrangeiras são alvo de denúncias (...) especialmente durante os dois últimos anos, quando o Brasil se encontrou em uma crise econômica muito grave e que a empresa despediu 15% dos trabalhadores [40.000 homens] (...) A maioria dos 600 trabalhadores são contratados por empreiteiros. A Volkswagen não tem responsabilidade pelas condições de trabalho desses homens (GPTEC, V6 59.4).

Em uma carta do 7/09/1983, a empresa declara:

Em todas as fazendas dessa região os empreiteiros fazem o trabalho da derrubada. Os empreiteiros são empresas registradas e o Ministério do Trabalho os fiscaliza. Eles trabalham também na região da Fazenda da Volks. Para evitar futuras queixas e para ter informações no nosso terreno, a Volkswagen do Brasil vai vigiar rigorosamente esses empreiteiros. Nós garantimos condições de trabalho justas e exemplares na Fazenda Vale do Rio Cristalino. As condições de vida e o nível de vida é mais alto que a média da região (...) O projeto agro-pecuário da Volkswagen é um modelo no Brasil, e é exemplar (GPTEC V6 59.3).

Ainda em uma carta datada de 1983, a empresa declarou:

As acusações são simplesmente falsas (...) Volkswagen do Brasil é uma força. Uma força que ajuda os brasileiros a desenvolver seu país e a combater a pobreza e a fome (...) No setor social, a Volkswagen do Brasil é exemplo não só para o Brasil, mas para toda a América Latina (...) A Volkswagen não tem a profissão de filantropia e não se preocupa com isso (GPTEC, V6 8.1).

Mais do que pessoas ou empresas, preferimos apontar a responsabilidade de um sistema, ligado a várias dinâmicas históricas, políticas e econômicas, que se encontra questionado através da história aqui relatada. Primeiro, não é o papel do pesquisador julgar alguns fatos. Existe, para isso, a justiça. Segundo, o nosso objetivo se limita a revelar alguns pontos característicos de um processo que resulta na existência de trabalhadores escravos, o que parece agora possível.

## Conclusão

A aventura da Volkswagen na frente pioneira da Amazônia mostra alguns elementos que parecem fundamentais para entender em profundidade o fenômeno de escravidão moderna. Esperamos que futuras análises destes elementos possam permitir o avanço na luta contra essas práticas inaceitáveis em um país democrático.

A história contada neste presente artigo revela categorias de atores sociais bem definidas: investidores privados, instituições públicas, profissionais e técnicos agrícolas, empreiteiros, pistoleiros e fiscais, peões, militantes da Igreja, jornalistas, políticos, ONGs. O que interessa aqui é focar sobre as dinâmicas existentes entre esses diferentes atores. Existem claramente grupos de atores com interesses compartilhados. De um lado, as empresas privadas, aliadas com as autoridades públicas na busca de lucro financeiro, às vezes escondido atrás da justificativa desenvolvimentista. Por outro lado, os funcionários fixos da fazenda, que vendem seus serviços por uma remuneração considerada justa e têm, neste sentido, interesse comum para manter sua fonte de renda. Nesta perspectiva, encontramos um problema para saber onde entram os que não têm outros capitais a vender além da sua força de trabalho, os peões. A história da Volkswagen mostra que eles fazem parte também de uma categoria de atores que compartilham interesses, mas são interesses que escapam da esfera econômica. Trata-se do conjunto de atores articulados para promover uma concepção ética do trabalho e lutar contra os abusos dos dominantes sobre os que não têm recursos suficiente para contrabalançar o processo exploratório desequilibrado.

Esta distinção levanta várias perguntas: Quais são os pressupostos institucionais que permitem a integração da segunda categoria (os assalariados oficiais) no processo de investimento capitalístico? Este último seria rentável se o direito do trabalho fosse respeitado? Qual foi exatamente o papel das autoridades públicas nesta história? Subordinadas pelo capital privado? Promotoras do processo? Cientes da exploração abusiva dos trabalhadores, considerando esta como o preço a pagar para o “desenvolvimento”? O aparelho público foi de fato abusivamente usado para satisfazer os interesses privados dos dominantes ou trata-se de um efeito secundário inevitável devido a alguma falha no próprio sistema?

Além disso, observam-se dinâmicas sociais que parecem determinantes para explicar o processo. Existe uma luta ideológica entre duas visões do desenvolvimento. Trata-se de uma batalha altamente política entre um modelo de desenvolvimento capitalista liberal, dentro do qual os meios de produção devem ser criados através da exploração não-capitalística da mão de obra (Martins, 1994, 9-10), e um modelo de desenvolvimento social, que coloca em primeiro lugar as condições de vida das pessoas humanas e considera necessário um controle coletivo sobre a produção capitalística. Cada campo usa os recursos disponíveis para defender sua posição. O caso da Volkswagen é particularmente interessante do ponto de vista da escala internacional, hoje chamada de "globalização". De um lado, permite compartilhar os benefícios da tecnologia e da modernidade no quadro de investimentos importantes. Do outro, foi pela circulação de informações e recursos em escala internacional que a denúncia foi possível, o que mostra que a "globalização" não vale só para os fluxos financeiros. O atual movimento de fortalecimento de uma "sociedade civil internacional" reflete este ponto.

Enfim, não podemos esquecer o componente geopolítico revelado aqui. A região Amazônica aparece mais uma vez como um espaço geográfico vazio cujos recursos devem ser explorados e protegidos da "cobiça internacional" através da sua colonização. Esta visão, extremamente redutora, parece infelizmente ainda muito comum nas elites brasileiras. Ela revela a dominação da região norte do Brasil pela região sul, aonde o caso da Volkswagen não deve apagar os numerosos casos comparáveis onde empresas nacionais brasileiras estejam envolvidas; e a dominação do sul do planeta pelo norte, sendo o poder de uma empresa alemã na escala nacional brasileira uma consequência direta desta dominação. Este ponto chama a atenção sobre o atual *boom* do agronegócio na Amazônia, onde se encontra a mesma aliança entre capitais privados nacionais e internacionais e o aparelho público brasileiro para servir os interesses do "desenvolvimento" da região amazônica e do país em geral.

Para concluir neste sentido, mantendo-nos no campo dos registros de testemunhos, reproduzimos aqui uma declaração do diretor da fazenda, Sr. Brügger, datada de 1985:

O senhor não deve esquecer que estes empreiteiros, embora sejam tão execrados em vários lugares, no fundo também são empresários. Eles são o primeiro degrau nessa zona de desenvolvimento (GP-TEC V8 7.1).

Essa declaração sugere a seguinte pergunta: em que medida o trabalho escravo não é a consequência direta de uma certa concepção de desenvolvimento que ainda prevalece nas políticas públicas?

### Notas

- (1) Segundo o índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (1 cruzeiro de janeiro de 1974 sendo equivalente a 1,92 R\$ em agosto de 2005). ([http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/servicos/pg\\_atualizacao\\_valores.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php))
- (2) A Proposição 31 da Sudam, de 1987, aprovou a venda da fazenda ao Grupo Empresarial Matsubara. No entanto, a Matsubara não pagou. Completamente deteriorada, a fazenda foi então recuperada pela Volkswagen, sendo novamente vendida depois que a empresa cumprisse a determinação judicial de pagar a três dos trabalhadores que haviam de lá escapado em 1983.
- (3) Dirigidas pelos “gatos”. Segundo Figueira, o “gato” “é um empreiteiro que está a serviço da fazenda. Pode ser o empreiteiro principal que coordena o trabalho de empreiteiros menores e subempreiteiros, distribuindo-os nos lotes e definindo suas atividades. Constituído como firma empreiteira, tem contrato de trabalho assinado com a empresa, pelo qual se compromete a entregar determinadas tarefas executadas em um prazo máximo previsto. A empresa contratante se compromete, às vezes, a adiantar uma parte do valor do contrato no início do trabalho e pode, a seu critério, efetuar novos pagamentos no transcorrer do serviço. A totalidade do valor estipulado no contrato só será paga quando a tarefa for concluída” (Figueira, 2003, 246).
- (4) O Chicô declarou em 1981: “andam dizendo que sou culpado disso, mas é bom não mexerem comigo, pois sou um homem rico e posso dá dinheiro para qualquer um meter a faca em outro e depois passar para o outro lado do Araguaia” (GPTEC, V6 50).
- (5) Sobre o “aviamento”, ver: Reis (1953); Santos (1980); Weinstein (1983); Geffray (1995, 1996) e Léna (1996).
- (6) É importante ressaltar aqui que a “escravidão por dívida”, mesmo sendo característica da região amazônica, é um fenômeno internacional. Existia no México, como lembra Marx em *O Capital*, também

em São Paulo em meados do século XIX e, segundo os trabalhos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), há países onde a incidência é incomparavelmente maior do que no Brasil.

## Referências bibliográficas

### Documentos do arquivo do Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Contemporâneo

GPTEC, V6 3  
GPTEC, V6 8.1  
GPTEC, V6 9.2  
GPTEC, V6 9.3  
GPTEC, V6 9.4  
GPTEC, V6 21.1  
GPTEC, V6 34.1  
GPTEC, V6 38  
GPTEC, V6 40.1  
GPTEC, V6 47.1  
GPTEC, V6 47.11  
GPTEC, V6 53  
GPTEC, V6 59.3  
GPTEC, V6 59.4  
GPTEC, V6 60.1  
GPTEC, V7 17.3  
GPTEC, V7 221  
GPTEC, V8 7.1  
GPTEC, V8 8.1  
GPTEC, V8 31.8

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GARCIA, Afrânio Jr. *Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

GEFFRAY, Christian. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Essai sur l'exploitation paternaliste. Paris: Karthala, 1995.

\_\_\_\_\_. "Le modèle de l'exploitation paternaliste", In: Lusotopie, *L'oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996.

L'Hebdo, 10/02/1983.

- LÉNA, Philippe. "Les rapports de dépendance personnelle au Brésil. Permanence et transformation", In: Lusotopie, *L'oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996.
- MARTINS, José de Souza. "A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil", *Tempo Social*. São Paulo: USP, 6(1-2): 1-25, 1994.
- \_\_\_\_\_. "A Igreja face à política agrária do Estado", In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. V. 1: 110-126.
- PALMEIRA, Moacir (Org.). *Projeto emprego e mudança sócio econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. 12 volumes.
- PINTO, Lucio Flávio. "O mito da proteção: a Amazônia", In: D'INCAO, Maria Angela. *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 111-119.
- REIS, Arthur César Ferreira. "O seringal e o seringueiro", *Documentário da vida rural*, nº 5. Rio de Janeiro, Brasil: Ministério da Agricultura, 1953.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SUDAM, Estudo de viabilidade, 1974.
- SUDAM, Processo Nº 659/86, 1986.
- SUDAM, Proposição 31, 1987.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon rubber boom, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1983.